



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

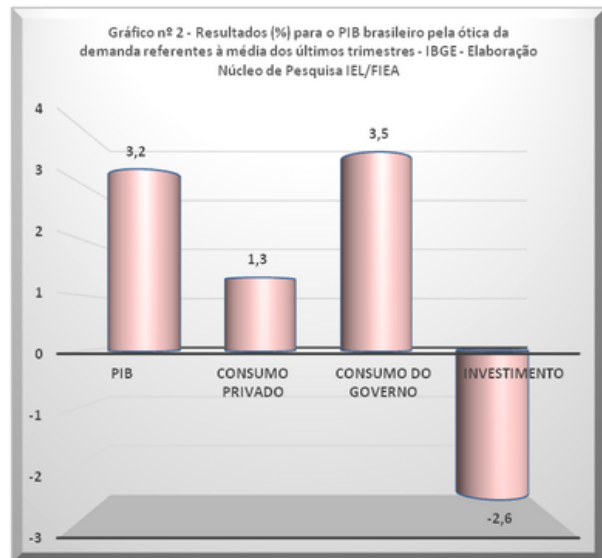
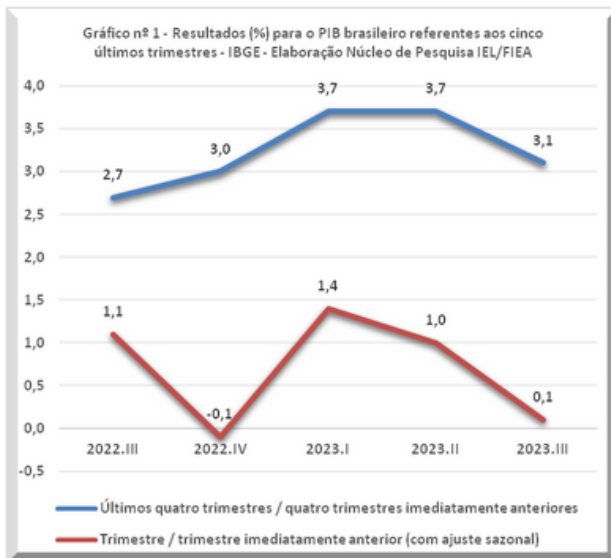
PANORAMA CONJUNTURAL

Novembro de 2023
em Dezembro de 2023

PIB do Brasil no 3º trimestre: sinal amarelo

No terceiro trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil experimentou um acréscimo marginal de 0,1% em relação ao trimestre anterior, superando as previsões anteriores de contração feitas pelo mercado. Este aumento modesto é reflexo da desaceleração da economia brasileira após o ajuste sazonal, suscitando apreensões acerca da trajetória econômica do país.

Contribuindo para evitar a retração econômica, destacou-se um incremento de 1,1% no consumo das famílias, um crescimento de 3,0% nas exportações e um acréscimo de 0,5% nos gastos governamentais. Setorialmente, tanto os serviços quanto a indústria registraram um crescimento de 0,6%, enquanto o setor agropecuário sofreu uma queda de 3,3%.



Apesar dessa desaceleração, certos indicadores apontam para uma resistência à estagnação econômica. Notavelmente, a taxa média de crescimento anual nos últimos quatro trimestres, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é de 3,1%. Adicionalmente, ao comparar as médias dos índices do PIB nos três primeiros trimestres de 2023 com os de 2021 e 2022, observa-se um crescimento de 6,4% e 3,2%, respectivamente.

Em 2022, nesta métrica, houve um aumento de 1,3% nos gastos das famílias e de 3,5% nos gastos do governo. O primeiro aumento foi impulsionado pelo ajuste e expansão de programas de transferência de renda, aumento real do salário mínimo e desaceleração da inflação. Em setembro de 2023, a massa salarial alcançou R\$ 293,9 bilhões, representando um aumento real de 6,5% em relação aos R\$ 275,9 bilhões do mesmo período de 2022. A taxa de desemprego de 7,7% foi a mais baixa para o mês desde 2014.

Contudo, persiste o desafio de estimular o investimento empresarial, pois os investimentos continuam em declínio. Na análise trimestral, a retração foi de -1,1%, enquanto em relação aos três primeiros trimestres de 2022, a queda foi de -2,6%. No curto prazo, ajustado sazonalmente, desde o quarto trimestre de 2022, os investimentos têm apresentado resultados negativos de: -1,2%, -2,9%, -0,3% e -2,5%, respectivamente.

Empresários demonstram preocupação, como evidenciado pela seguinte declaração do presidente da CNI: "O crescimento sustentado da economia está diretamente vinculado ao aumento do investimento. A agenda da economia verde, da sustentabilidade, da pesquisa e inovação, da transformação digital, aponta o caminho para que o Brasil atraia indústrias e desenvolva infraestrutura visando a transição para uma economia de baixo carbono. O país está bem posicionado para liderar essa nova industrialização, o que pode ser alcançado por meio de uma política industrial estruturada e centrada em superar os desafios da nossa sociedade".

Excesso de cautela do BCB

Os indicadores de inflação, utilizados para avaliar tanto o comportamento passado quanto a tendência ao longo do tempo, mantêm-se favoráveis. Em um período de doze meses, a taxa de inflação declinou de 4,8% em outubro para 4,6% em novembro. As expectativas do mercado apontam para um encerramento do ano com a taxa acumulada do IPCA dentro da meta estabelecida de 4,49% aa. Para os anos subsequentes, observa-se uma trajetória de revisões para baixo das projeções do IPCA pelo mercado, indicando a convergência dessas projeções para suas respectivas metas e a ancoragem das expectativas no longo prazo.

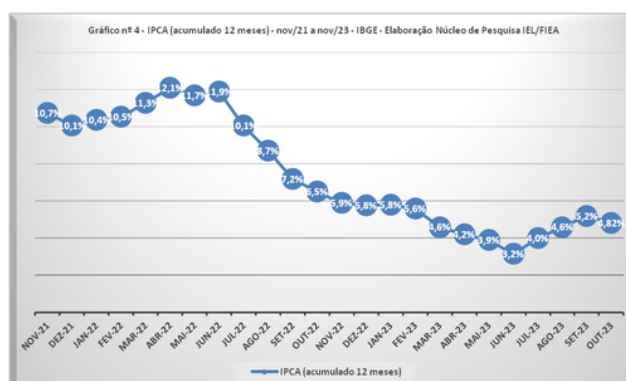
As projeções do mercado para o IPCA em 12 e 24 meses situam-se em 3,9% e 3,6%, respectivamente, afastando preocupações em relação à perda de controle da inflação nos horizontes de curto e médio prazos. Além disso, a taxa de inflação implícita utilizada pelo mercado financeiro já se encontra abaixo de 3,8% para os próximos 252 dias úteis. O núcleo de inflação, calculado com médias aparadas sem suavização, também prossegue sua desaceleração. Esse comportamento dos preços reflete a desaceleração da atividade econômica brasileira.

Apesar das perspectivas favoráveis de uma contínua redução na taxa de inflação, as estimativas indicam que até o final de 2024 a taxa Selic deverá situar-se em 9,25%, o que representa uma diminuição de 2,5% em relação à taxa atual de 11,75%. Isso implica em uma taxa real básica de juros próxima a 5,5% ao ano, mais de três vezes acima da expectativa de crescimento do PIB em torno de 1,5%, conforme indicado na mais recente pesquisa Focus do Banco Central.

A Ata do Comitê de Política Monetária (COPOM) reforça a postura cautelosa do Banco Central do Brasil em relação ao ritmo de redução dos juros. No contexto dos cenários de risco, destaca-se um cenário de referência com projeções moderadas de inflação, porém, com crescentes preocupações devido à incerteza na conjuntura internacional e ao mercado de trabalho aquecido nas economias avançadas. Os riscos associados ao cenário global aumentaram devido ao aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e incertezas fiscais. A atividade econômica doméstica tende a desacelerar, e a incerteza fiscal pode elevar a taxa de juros neutra da economia, estimada em 5% reais pelo mercado. A desancoragem das expectativas de inflação demanda ação firme por parte das autoridades monetárias.

Como mencionado em artigos anteriores, não existem taxas de retorno no setor real da economia que possam competir com as taxas ex-ante e ex-post de 6,9% e 6,5%, respectivamente, em termos reais. Enquanto adiamos uma redução mais significativa da taxa SELIC, continuamos a acumular juros nos últimos doze meses, que, de acordo com o Tesouro Nacional, totalizam aproximadamente R\$ 700,0 bilhões, mais do que o dobro da massa salarial de outubro. Encarar de frente o problema dos juros no Brasil é imperativo, pois, do contrário, corremos o risco de enfrentar uma recessão em breve.

Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre a necessidade de controlar as expectativas de inflação e a urgência de promover o crescimento econômico, especialmente no setor industrial, para assegurar a estabilidade e a prosperidade da economia brasileira.



Banco Central resiste a acelerar a queda da Selic

Os indicadores de inflação, usados tanto para avaliar seu comportamento passado quanto sua tendência ao longo do tempo, permanecem favoráveis. Nos últimos doze meses, a taxa de inflação diminuiu de 5,2% em setembro para 4,8% em outubro. As expectativas do mercado indicam que a taxa acumulada do IPCA deverá encerrar o ano dentro da meta estabelecida de 4,55% ao ano.

Para os próximos anos, o mercado tem ajustado para baixo as projeções da taxa do IPCA, sinalizando a convergência dessas projeções para suas respectivas metas e indicando que as expectativas estão bem ancoradas no longo prazo. As projeções do mercado para o IPCA em 12 e 24 meses são de 3,9% e 3,6%, respectivamente, afastando preocupações quanto à perda de controle da inflação nos curto e médio prazos. Além disso, a taxa de inflação implícita utilizada pelo mercado financeiro já se encontra abaixo de 4% para os próximos 252 dias úteis. O núcleo de inflação, por sua vez, calculado com médias aparadas sem suavização, também continua a desacelerar. Tal comportamento dos preços reflete a perda de dinamismo da economia brasileira analisada anteriormente.

Apesar das perspectivas favoráveis de uma contínua queda na taxa de inflação, as estimativas apontam que, até o final de 2024, a taxa Selic deverá situar-se em 9,25%, representando uma redução de 3,0% em relação à taxa atual de 12,25%. Isso implica em uma taxa real básica de juros próxima de 5,5% ao ano, considerando uma expectativa de crescimento do PIB em torno de 1,5%, conforme indicado na mais recente pesquisa Focus do Banco Central. Essa situação implica que as taxas de juros permanecerão acima da taxa de crescimento do PIB, exercendo pressão ascendente sobre o serviço da dívida e uma influência negativa sobre a geração de emprego e renda no país.

A Ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) reforça a postura cautelosa do Banco Central (BC) em relação ao ritmo de redução dos juros. No contexto dos cenários de risco, a Ata destaca um cenário de referência com projeções moderadas de inflação, porém, com crescentes preocupações devido à incerteza na conjuntura internacional e ao mercado de trabalho aquecido nas economias avançadas. Os riscos associados ao cenário global aumentaram devido ao aumento das taxas de juros nos EUA e incertezas fiscais. A atividade econômica doméstica tende a desacelerar, e a incerteza fiscal pode elevar a taxa de juros neutra da economia, estimada em 5% reais pelo mercado. A desancoragem das expectativas de inflação exige uma ação firme das autoridades monetárias.

Após análises, o COPOM conclui que, apesar do progresso na desinflação, ainda há um caminho substancial a percorrer para ancorar as expectativas de inflação e alcançar a meta estabelecida. O Comitê reconhece a evolução conforme o esperado no cenário doméstico, com desinflação nos núcleos e na inflação de serviços, mas também observa a desancoragem das expectativas de inflação para prazos mais longos. Além disso, o cenário internacional, caracterizado pela volatilidade e adversidades, introduz incertezas, e o Comitê enfatiza a necessidade de cautela.

A produção industrial brasileira em outubro de 2023

Em outubro de 2023, a indústria brasileira experimentou uma retração de 0,1% na produção, de acordo com os dados ajustados sazonalmente. Quando comparada ao mesmo mês do ano anterior, a produção industrial apresentou um crescimento modesto de 1,2%, o que fica acima da taxa observada em setembro, quando registrou um aumento de 0,6% na mesma métrica. De acordo com o IEDI[1], o cenário ao longo de 2023 permaneceu marcado pela estagnação. Essa paralisa na indústria não é uma novidade e reflete a situação preocupante de atividades particularmente vulneráveis às altas taxas de juros e à escassez de crédito. A ausência de uma recuperação significativa no setor industrial torna desafiador fortalecer o processo de modernização em direção à digitalização e sustentabilidade, objetivos perseguidos pelas principais nações do mundo por meio de suas estratégias industriais. Em 2023, o elevado nível de taxas de juros persistente no país continua a impactar negativamente as atividades econômicas, sendo especialmente preocupante o desempenho dos bens de capital, que, teoricamente, deveriam estar mais resilientes diante dos desafios atuais.

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	1,2	0,0	0,0
Bens de capital	-1,1	-10,3	-10,3	-9,0
Bens Intermediários	0,9	1,3	-0,1	0,0
Bens de consumo	-1,1	3,0	2,1	1,8
Bens de consumo duráveis	-2,4	-3,2	2,5	2,3
Semiduráveis e não duráveis	-0,3	4,0	2,0	1,8
Extrativa Mineral	-1,1	0,5	5,4	3,7
Transformação	0,0	1,3	-0,9	-0,7

Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2022		2023										
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
IGP-DI	-0,18	0,31	0,06	0,04	-0,34	-1,01	-2,33	-1,45	-0,40	0,05	0,45	0,51	0,50
INCC-DI	0,36	0,09	0,46	0,05	0,30	0,14	0,59	0,71	0,10	0,17	0,34	0,20	0,07
IGP-M	-0,56	0,45	0,21	-0,06	0,05	-0,95	-1,84	-1,93	-0,72	-0,14	0,37	0,50	0,59
IPC-M	0,64	0,44	0,61	0,38	0,66	0,46	0,48	-0,25	0,11	-0,19	0,27	0,27	0,42
IPA-M	-0,94	0,47	0,10	0,20	-0,12	-1,45	-2,72	-2,73	-1,05	0,17	0,41	0,60	0,71
INCC-M	0,14	0,27	0,32	0,21	0,18	0,23	0,40	0,85	0,06	0,24	0,24	0,20	0,10
IPC-FIPE	0,47	0,54	0,63	0,43	0,39	0,43	0,20	-0,03	-0,14	-0,20	0,29	0,30	
INPC	0,38	0,69	0,46	0,77	0,64	0,53	0,36	-0,10	-0,09	0,20	0,11	0,12	0,10
IPCA	0,41	0,62	0,53	0,84	0,71	0,61	0,23	-0,08	0,12	0,23	0,26	0,24	0,28

Fonte: Ipeadata e Bacen.

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
nov/22	3,61	84,91	1 767,74
dez/22	3,51	85,40	1 888,79
jan/23	3,94	82,14	1 932,07
fev/23	3,51	79,52	1 813,88
mar/23	3,49	78,01	1 993,08
abr/23	3,85	76,55	1 979,67
mai/23	3,83	76,10	1 956,51
jun/23	3,91	82,52	1 905,20
jul/23	4,24	83,71	1 973,80
ago/23	4,44	91,51	1 942,29
set/23	4,84	87,61	1 864,37
out/23	4,45	81,17	1 993,55
nov/23	3,90	79,50	2 038,46

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
nov/22	266
dez/22	259
jan/23	257
fev/23	250
mar/23	260
abr/23	257
mai/23	253
jun/23	233
jul/23	217
ago/23	211
set/23	206
out/23	202
nov/23	200

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
	nov/22	5,29	13,94	5,30	8,21	5,90	13,65
dez/22	5,22	13,43	5,30	7,72	5,79	13,65	7,43
jan/23	5,10	13,47	5,75	7,30	5,77	13,65	7,45
fev/23	5,21	13,28	5,80	7,07	5,60	13,65	7,62
mar/23	5,08	12,90	5,55	6,96	4,65	13,65	8,60
abr/23	5,00	12,87	5,32	7,17	4,18	13,65	9,09
mai/23	5,10	12,45	4,71	7,39	3,94	13,65	9,34
jun/23	4,82	11,72	3,94	7,49	3,16	13,75	10,27
jul/23	4,74	11,26	4,06	6,92	3,99	13,15	8,81
ago/23	4,92	10,98	4,17	6,54	4,61	13,15	8,16
set/23	5,01	11,06	4,08	6,71	5,19	12,65	7,09
out/23	5,06	11,15	3,93	6,95	4,82	12,65	7,47
nov/23	4,94	10,41	3,90	6,27	4,68	12,15	7,14

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

INDICADORES DE DESEMPENHO

**PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS – FIEA**

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Pereira Ferro

Estagiários

Raquel Maria Cezario

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)

Novembro de 2023
em Dezembro de 2023